O Mapa do Mensalão

No relatório preliminar da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios divulgado nesta quarta-feira (21), o relator, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR) indica que a captação de recursos do chamado valerioduto era feita junto aos setores público e privado, a fundos de pensão e ocorria também no exterior, e não referia-se apenas aos empréstimos concedidos pelos Bancos BMG e Rural. A distribuição dos recursos seria feita via o Banco Rural, o BMG e as corretoras financeiras Bônus Banval/ Natimar e Guaranhuns.

Entre as empresas públicas que alimentaram o valerioduto, a CPI aponta o Banco do Brasil e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Estão também sendo investigados os Ministérios do Esporte e do Trabalho e Emprego e a Eletronorte. No Banco do Brasil, foram encontradas irregularidades nos contratos de publicidade com a DNA Propaganda e em contrato que envolve recursos da Visanet.

>>>IRREGULARIDADES

De acordo com estimativa do Tribunal de Contas da União (TCU) apenas uma cláusula contratual não cumprida pela DNA deixou de transferir ao Banco do Brasil R$ 38 milhões. A DNA apresentou crescimento de 82% entre 2003 e 2004. Outras irregularidades encontradas foram o adiantamento de recursos da Visanet, no valor total estimado de R$ 92 milhões, e a concentração de serviços que antes eram prestados também por outras empresas apenas na DNA. Esses recursos foram usados como garantia para realização de empréstimos junto ao BMG.

>>>NOTAS FALSAS

O relatório aponta que os adiantamentos à DNA foram feitos mediante apresentação de notas fiscais declaradas falsas por laudo da Polícia Federal. Auditorias do Banco do Brasil perceberam nesses contratos, entre outras irregularidades, o fato de os adiantamentos não terem sido justificados, além de não ter sido comprovada sua necessidade.

>>>FRAUDES

Nos contratos firmados entre as empresas de Marcos Valério e os Correios também foram encontradas irregularidades, como mudanças no edital aumentando a subjetividade do processo, fraudes contábeis e o uso de contratos de publicidade como garantia de empréstimos. Em relação aos contratos da Rede Postal Noturna com a Skymaster, a CPI achou diversas irregularidades: superfaturamento de R$ 64 milhões e remessas para o exterior no montante de R$ 95,6 milhões, referentes à compra de peças e arrendamento superfaturados.

Disponível em <http://www.pfl.org.br/news_view.asp?id={6204ECED-C1C8-4856-A6FE-9348F70ED090}&box=noticias>.